

**PARTE II**  
**PLANEJAMENTO DE ÁREA – A BASE DA DESCENTRALIZAÇÃO ECONÔMICA**  
**Texto baseado na "Teoria da Utilização Progressiva" (PROUT)**  
Por Leonardo Thury - versão 4.0

*“O dilema econômico mais preocupante para governantes do mundo atual é como aumentar o padrão de vida do cidadão através da prosperidade econômica do estado. Somente o próprio povo é capaz de utilizar o conhecimento e a sabedoria para resolver os seus problemas econômicos.”*

*P. R. Sarkar*

*“O planejamento jamais obterá sucesso enquanto persistirmos em fazê-lo dentro de uma sala com ar refrigerado a milhares de quilômetros do local onde será implementado. A economia centralizada jamais soluciona os problemas econômicos de vilarejos remotos. O planejamento econômico precisa começar do nível de base, onde a experiência, a técnica e o conhecimento das pessoas do local podem ser utilizados para o benefício de todos os membros de uma unidade socioeconômica.”*

*P. R. Sarkar*

*“Em conseqüência, a solução dos pendentes problemas econômicos, sociais e políticos, e as reformas institucionais que se impõem, hão de ser procuradas e encontradas nas mesmas circunstâncias em que tais problemas se propõem. Nelas e somente nelas se contêm as soluções cabíveis e exeqüíveis.”*

*Caio Prado Júnior ("A Revolução Brasileira")*

## **I - INTRODUÇÃO**

O texto a seguir é uma continuação do texto *“Descentralização Econômica – a base da Democracia Econômica.”* Os dois textos são bastantes complementares e ambos são baseados na Teoria da Utilização Progressiva (PROUT - acrônimo de Progresso, Utilização e Teoria) proposta por P. R. Sarkar. No texto anterior foi discutido, de forma resumida, os **princípios básicos** da **Democracia Econômica** e da **Descentralização Econômica**.

A **socialização das atividades econômicas** (indústrias, agricultura, comércio e finanças) e a **redivisão da sociedade em Unidades Sócio Econômicas (USE)** foram analisadas anteriormente como sendo a base para a Descentralização Econômica. Entre esses dois aspectos, o segundo (a formação das USE) tem mais relação com o texto atual que fala sobre o Planejamento de Área.

Entre os quatro requisitos para que haja uma Democracia Econômica, o terceiro é: **Economia descentralizada: os habitantes locais devem ter o direito de tomar todas as decisões a respeito da economia local.** Essa tomada de decisões não deve ser feita de qualquer forma e a população deve estar organizada para poder orientar bem a economia local. Essa orientação é o chamado Planejamento de Área.

Para facilitar o planejamento da população, regiões menores que os atuais estados são necessárias. A divisão dos estados em **USEs** e posteriormente em **Áreas** facilita o planejamento. O número de habitantes de uma Área pode variar de 10.000 a 200.000, dependendo das características locais. **Cada Área deve buscar a auto suficiência e será livre para desenvolver seu próprio plano econômico.**

PROUT é um sistema sócio econômico que aponta soluções em todas os setores da economia e da sociedade. Apesar de ser um sistema muito completo, pois engloba toda a economia e tudo o que é necessário para a construção de uma sociedade saudável, o próprio autor, sempre frisou que o que ele deixou sobre PROUT é uma síntese. Ou seja, ele deixou uma estrutura, a base, pois o complemento, que é cerca de 90%, só será realizado na prática. Como se tivéssemos um esqueleto humano e faltassem os órgãos, os tecidos, o sangue, a mente e a vida para se transformar num ser humano.

Só a **teoria** não basta. A **prática** é fundamental. O sucesso da implementação de um sistema econômico não depende só da teoria, nem de quem está divulgando e propondo ela, depende em grande parte do **caráter** das pessoas que estão trabalhando no projeto e da **mente coletiva da sociedade**.

O Planejamento de Área é um aspecto fundamental em PROUT. **O todo é um resultado das partes.** Uma gota num oceano é insignificante, mas sem as gotas o oceano não existiria. Por isso, nesse aspecto, **o**

**micro e o macro** são fundamentais. Não podemos desprezar nenhum desses aspectos. Segundo Sarkar: “*cada área deve ser economicamente saudável de modo que a unidade sócio econômica inteira se torne auto suficiente*”.

Um conjunto de **famílias** ou lares forma uma comunidade; um conjunto de **comunidades** forma uma Área; um conjunto de **Áreas** forma uma USE (unidade sócio econômica); um conjunto de **USES** formam uma Unidade Política; um conjunto de **Unidades Políticas** formam uma Nação; um conjunto de **Nações** formam um continente; um conjunto de **continentes** formam uma **humanidade**; e o conjunto da humanidade com o ecossistema (a vida animal, vegetal e mineral) formam o **Ser Terra**.

Baseado no lema: “**pensar globalmente e agir localmente**” vamos nos concentrar mais no “agir localmente” e buscar o tão difícil **equilíbrio entre teoria e prática** de modo que possamos diminuir a distância entre elaboração teórica e a implementação prática na sociedade, ou melhor, **com a sociedade**.

Analisando esses temas, vemos que dois aspectos são fundamentais para avaliarmos a qualidade da prática: **os valores dos seres humanos** (a personalidade, a ética, a moralidade, o auto controle, o espírito de coletividade e de serviço, a humildade, a paciência, o amor, etc), e a **psicologia da coletividade** (que é a soma das psicologias individuais formando uma psicologia predominante). São esses dois fatores que fundamentam uma sociedade, e não um conjunto de normas sócio econômicas.

## II – EQUILIBRIO TEORIA E PRÁTICA

Como o tema Planejamento de Área é algo bem prático, a seguir estão algumas frases do professor **Plínio de Arruda Sampaio** retiradas da **Cartilha Trabalho de Base do Movimento Consulta Popular** que falam sobre o equilíbrio entre a teoria e a prática:

*“O conhecimento teórico adquire-se através da leitura, da discussão em grupo e da reflexão pessoal. Quem não passa por essas etapas dificilmente adquire conhecimento teórico suficiente para entender a realidade.”*

*“Mas o conhecimento da teoria não é suficiente para que possamos decifrar a realidade que se apresenta diante de nós. Para isto, é preciso juntar o conhecimento teórico ao conhecimento prático, ou seja, o conhecimento que adquirimos através da ação.”*

*“A ação nos ensina a aplicar corretamente a teoria e, algumas vezes, a corrigi-la. Mas não é qualquer ação que proporciona conhecimento prático. Para proporcionar esse conhecimento, a ação precisa ser metódica, isto é, obedecer certos passos, seguir certa sequência.”*

*“No plano da teoria, é preciso realizar dois movimentos: aprofundar o conhecimento teórico sobre a realidade do país; e aprofundar o conhecimento da realidade em que se vive. No plano da prática, é preciso realizar ações concretas para mudar a realidade em que se vive.”*

## III – O PLANEJAMENTO DE ÁREA

### A) CARACTERÍSTICAS GERAIS DO PLANEJAMENTO DE ÁREA

O primeiro passo no Planejamento descentralizado é fazer um plano econômico de acordo com as necessidades das camadas menos favorecidas, que devem ser os primeiros beneficiados. O Planejamento de área que inclui planos e programas econômicos devem ser feitos na respectiva região, a partir das zonas rurais ou deve começar nas camadas de pessoas comuns. “*Um planejamento jamais deverá vir de um escalão superior.*”

O Planejamento tem que beneficiar a todos e não a um grupo apenas. Ele deve visar a **auto suficiência** respeitando sempre as áreas vizinhas. Da mesma forma que a comunidade não deixará saírem recursos da sua comunidade ela **não irá explorar** as comunidades vizinhas. Caso contrário, toda a região será prejudicada.

É importante cessar a saída de dinheiro da Área para que não haja exploração. Todo o dinheiro arrecadado da receita governamental deve ser utilizado na própria Área e as leis de utilização de matérias primas devem ser respeitadas.

O Planejamento de Área deve se basear nos princípios de **Descentralização Econômica, Democracia Econômica, princípios básicos de PROUT**, leis quanto à **utilização das matérias primas** e os **princípios de uma economia equilibrada**.

Em PROUT, o conceito de **economia equilibrada**, está relacionado com a distribuição da P.E.A (população economicamente ativa) nas diversas atividades econômicas. De acordo com PROUT:

- . **30%** das pessoas de uma USE devem ser permitidas a depender diretamente da **agricultura**.
- . **20% na agro indústria e 20% na agrico indústria**. **Agro indústrias** são indústrias pós colheita (moinhos de farinha, processamento de alimentos, manufatura de bens provenientes de produtos agrícolas). E **agrico indústrias** são indústrias pré colheitas (produção de equipamentos, sementes, etc.).
- . **20 a 30% em indústrias não agrícolas** (indústrias de aço, fábrica de metais, refinarias de óleo, farmacêuticos, sal, etc.)
- . **10% em comércio**.
- . **10% trabalho de escritório** (administração, escola, hospital, etc.)

Essas porcentagens constituem um sistema de uma economia balanceada. Cada Área deveria ter sua PEA distribuída dessa forma segundo os princípios de PROUT. Repare que somando 10% do comércio, com 10% de escritório, com 30% do setor agrícola e 40% nas indústrias agrícolas, nós temos um total de 90%, restando apenas 10% para as indústrias não agrícolas e não 20 ou 30% que seria o ideal. A questão é que a mão de obra que irá compor os 20% restantes de trabalhadores nas indústrias não agrícolas, será proveniente do setor agrícola.

Segundo Charles Paprocki: *"No seu devido tempo, as indústrias não agrícolas devem se expandir para recolocar as pessoas envolvidas na agricultura, agro indústria e agrico indústria, mas essa porcentagem das indústrias não agrícolas não deve exceder 20 a 30% da força de trabalho.*

*Se as indústrias não agrícolas excederem 30% da força de trabalho numa dada USE, a área deve ser declarada uma área industrial desenvolvida. Existem grandes males gerados pela super industrialização. A saúde pessoal, social e política é comprometida pela superpopulação urbana e valores materialistas. Doenças psíquicas se espalham. Áreas desenvolvidas (...) tentam controlar regiões agrícolas para fazer delas satélites. Cada uma quer obter o máximo investindo o mínimo de custo. Essa exploração cria uma guerra psicótica. Entretanto, cada USE deve ser capaz de criar seu próprio balanço interno entre agricultura e indústria."*

As Áreas devem ser demarcadas científica e sistematicamente, por serem a base para o planejamento econômico descentralizado eficiente. A área deve ter um tamanho pequeno o suficiente para que os planejadores possam entender os problemas locais.

Em qualquer região, os problemas socioeconômicos podem ser solucionados através da:

1. **máxima utilização dos recursos** físicos, metafísicos e espirituais do indivíduo e do corpo coletivo. Exemplos de recursos metafísicos e espirituais: educação, cultura, arte, ética e valores em geral.
2. **Distribuição racional de recursos e potenciais locais**. Para que ocorra essa distribuição racional é necessário duas Etapas: 1. Garantir as necessidades básicas para todas as pessoas. 2. Fornecer os recursos de acordo com o valor social do trabalho do indivíduo e seu empenho em ajudar a sociedade. Ex. um médico precisa de equipamentos adequados, um carro para se locomover, etc. Dessa forma ele poderá beneficiar mais a sociedade.

Existem dois **tipos de planejamento**:

**Planejamento intra-área** – feito para proporcionar o crescimento integral de uma única área.

**Planejamento inter- área** – O planejamento inter-área interfere em algumas questões econômicas de áreas contíguas e tem o propósito de organizar e harmonizar o desenvolvimento socioeconômico, através da coordenação e cooperação mútua.

Exemplos de problemas **inter-área**: controle de enchentes, projetos de utilização de rios, sistemas de comunicação, educação de nível superior, projetos de reflorestamento, estabelecimento de indústrias estratégicas, erosão do solo, suprimento de água, produção de energia, estabelecimento de um sistema de mercado organizado etc.

Além da questão relativa ao **espaço** (inter e intra área), o Planejamento também se divide, no que diz respeito ao **tempo**:

**Planejamento de curto prazo (máximo de 6 meses)**

**Planejamento de longo prazo (máximo de 3 anos).**

Mas esses planejamentos devem ser feitos de forma complementar e paralela.

## B) FATORES DE PLANEJAMENTO

Existem quatro fatores básicos para orientar o Planejamento de Área:

### 1. Custo de produção

O produto não pode ter um preço nem abaixo nem acima do seu custo real. Os agricultores geralmente avaliam o preço dos seus produtos abaixo do seu custo. Não é contabilizado o preço unitário do produto. Isso porque eles não levam em conta:

- a) custo da mão de obra envolvida no cultivo da terra (não pagam salário à família)
- b) custo de ferramentas ou máquinas usadas no campo etc.

Hoje em dia, os pequenos agricultores para poderem concorrer com os grandes, são obrigados a vender seus produtos a preços baixíssimos. Segundo Sarkar *"A agricultura precisa ser reorganizada e estabelecida nos mesmos moldes das indústrias cooperativas. A agricultura deve ser desenvolvida como uma indústria organizada. Só assim o custo unitário de produção poderá ser calculado de forma correta, erradicando a pobreza dos agricultores."*

### 2. Produtividade

- A) A economia deve ser organizada para produzir cada vez mais.
- B) O dinheiro deve ser **reinvestido** e não acumulado de modo que a capacidade de compra das pessoas seja aumentada e que a riqueza coletiva da sociedade aumente continuamente. A **riqueza coletiva** é diferente da **riqueza individual**. O aumento da riqueza coletiva é benéfico para a sociedade enquanto que o aumento da riqueza individual isoladamente é prejudicial. Para isso o dinheiro deve ser mantido em circulação.
- C) Planejadores devem buscar produção máxima, de acordo com as necessidades coletivas.
- D) A produção deve aumentar para satisfazer o **consumo** e prover **pleno emprego** às pessoas do local.
- E) A produção maximizada criará um ambiente propício a: maiores investimentos/ maior industrialização/ mais emprego/ aumento do poder de compra/ elevação da riqueza coletiva/ formação de capital excedente.

Sub-utilização de qualquer unidade produtiva não deve existir. "Produtos devem ser desenvolvidos onde quer que as matérias primas estejam disponíveis, tomando-se o cuidado para usar recursos renováveis sempre que for possível e com o pensamento de continuamente fazer mais com menos recursos. Todas as formas de vida devem ser respeitadas e o equilíbrio entre todas as formas de vida deve ser buscado.

### 3. Poder de Compra

Uma das metas do planejamento é **eleva o poder de compra** de cada pessoa. **O progresso econômico de um povo é medido pela melhoria do poder de compra e não pela renda per capita.**

Para aumentar o poder de compra é necessário:

- a) Os requisitos básicos devem ser feitos disponíveis de acordo com a necessidade coletiva. Deve ser dado **prioridade à produção dos bens básicos** ao invés de supérfluos, isso gera **equilíbrio entre produção e demanda**. "Deve-se manter uma harmonia e um **equilíbrio entre quatro aspectos básicos: o da demanda por bens, o da procura, a produção dos bens e a capacidade de compra.**"
- b) Os **níveis de preço** devem se manter estáveis, não deve haver inflação.
- c) Aumentos progressivos e periódicos nos salários.
- d) Elevação da riqueza coletiva.

A capacidade de compra deve ser sempre progressiva. Lembrando que poder de compra não é consumismo desenfreado. Segundo o professor **Plínio de Arruda Sampaio**, membro da coordenação nacional do movimento Consulta Popular e diretor do jornal "O Correio da Cidadania":

**"Padrão de vida civilizado não se confunde com consumismo desenfreado. Padrão de vida civilizado é o que permite atender às necessidades básicas da vida humana (alimentação, vestuário, alojamento, higiene, transporte, educação, cuidados com a saúde, cultura e lazer), de modo a permitir a plena expansão das suas outras dimensões mais nobres: a vida intelectual, a vida social, a participação política, a vida ética e a vida espiritual."**

O poder de compra diz respeito ao bem estar das pessoas dentro de uma economia saudável e num espírito de coletividade. Poder de compra é poder comprar. O consumismo desenfreado está relacionado com o ato de comprar compulsivo, estimulado pela mídia de forma a dar lucro a uma determinada classe. O consumismo desenfreado carece de um sentimento de coletividade e transforma a aquisição de produtos como o objetivo final da realização de um indivíduo. Como se o ato de consumir fosse trazer uma real felicidade.

Os requisitos mínimos das pessoas precisam ser garantidos e devem sempre ser aumentados, com base nos fatores tempo, lugar e pessoa.

#### **4. Necessidades Coletivas**

Os programas de desenvolvimento devem se basear em dois fatores:

- as necessidades coletivas existentes. Necessidades sócio econômicas, problemas e aspirações físico psíquicas das pessoas.
- as necessidades futuras da comunidade

Repito que é preciso ser dada grande importância à produção dos bens de produtos básicos. A área ou comunidade pode separar as pessoas de forma que um grupo fique responsável pela produção dos alimentos, outros pela produção de roupas, outros moradia, educação, etc. Com o tempo a troca de serviços dentro das áreas ou comunidades irá substituindo a necessidade da moeda.

Além dos 4 fatores básicos de **Poder de Compra, Produtividade, Custo de Produção e Necessidades Coletivas**, para a elaboração de um Planejamento de Área, deve se fazer um levantamento sobre:

1. Aspectos geográficos da Área (capacidade dos rios, lagos e canais; localização de morros e montanhas; condições climáticas; natureza dos solos; tipos de flora e fauna).
2. Localização e quantidade de recursos minerais, florestais e hídricos.
3. Recursos agrícolas e industriais incluindo a viabilidade da construção de agro e agríco-indústrias.
4. Demografia - análise da capacidade de mão de obra, saúde e psicologia do povo, herança cultural e condições sociais.
5. Potencial agrário - distribuição da terra.
6. Comunicação - estradas, sistemas de telefonia, etc.

#### **C) METAS DO PLANEJAMENTO**

1. educação gratuita para todos os estudantes.
2. Facilidades para todos os agricultores.
3. Cesta básica barata para todos os trabalhadores.
4. Garantia das necessidades básicas a todos.
5. fim do desemprego e geração de emprego para toda a juventude.
6. Aumento do poder de compra.
7. Conquista da auto suficiência da região.

#### **D) BENEFÍCIOS DO PLANEJAMENTO DE ÁREA**

1. A Área deve ser pequena o suficiente para que os planejadores possam entender todos os maiores e menores problemas da área;
2. os líderes locais podem resolver os problemas de acordo com as prioridades locais;
3. a população local pode entrar em contato com seus representantes e discutir os problemas que os afligem. Numa cidade grande, quando ocorre um problema geralmente não sabemos a quem recorrer e por outro lado não temos uma responsabilidade forte a nível coletivo.
4. o planejamento será mais prático e efetivo e irá dar resultados mais rápidos;
5. o desemprego será resolvido;
6. o poder de compra das pessoas do local será aumentado;
7. as bases para uma economia balanceada será estabelecida;

## E) QUEM DEVE ELABORAR E IMPLEMENTAR O PLANEJAMENTO DE ÁREA?

São as lideranças locais conhecidas pela população local (devido aos serviços prestados a ela) juntamente com especialistas locais. Os membros dos comitês são eleitos pela população, portanto, o Comitê de Planejamento de Área faz parte do governo, mas não são pessoas distantes e sim, pessoas locais. Nesse sistema, as pessoas votam em quem conhecem e após as eleições elas podem contactar e acompanhar o andamento da administração dos eleitos.

É importante que os membros dos comitês estejam fundamentados na ética, no espírito de coletividade e tenham uma conduta exemplar. Não podem ser movidos por interesses egoístas ou corporativistas. Segundo o filósofo Carlos Henrique Escobar: "Precisamos de pessoas com causas, e não com interesses." Essas lideranças irão formar um **Comitê de Planejamento de Área**.

O comitê de Planejamento de Área deve consultar **especialistas locais**, como engenheiros, economistas, cientistas, profissionais técnicos, fazendeiros, trabalhadores industriais, intelectuais, etc, para a elaboração do projeto.

Somente as pessoas do local podem participar da elaboração do planejamento de área. Pessoas do local são aquelas que estabeleceram seus interesses sócio econômicos no local.

A estrutura de comitês de planejamento de PROUT não se limita apenas a **Comitês de Planejamento de Área**, mas é composta também de **Comitês de Planejamento Estadual, Regional e Nacional**.

Havendo uma maior integração futura entre os países, seria formado um **Comitê de Planejamento Global**. O planejamento a nível de Área é o mais importante pois é o mais básico, mas os demais planejamentos e comitês são também fundamentais para tratar de questões mais abrangentes e cuidar da interação entre as diversas áreas, USEs, regiões e países. Como foi falado anteriormente, existe tanto o planejamento intra área como o inter área. No caso dos demais comitês eles iriam cuidar dos planejamentos inter áreas.

## F) ABORDAGEM PARA A APLICAÇÃO DO PLANEJAMENTO DE ÁREA PELO COMITÊ DE PLANEJAMENTO DE ÁREA

Em 1988, P. R. Sarkar criou o PRI - PROUT Research Institute (Instituto de Pesquisa de PROUT) com o objetivo de ser um "veículo para pesquisas sobre PROUT, objetivando desenvolver o entendimento de nossas teorias políticas e econômicas e descobrir como essas teorias podem ser aplicadas de forma prática, resolvendo os problemas de injustiça, pobreza e exploração no mundo."

O texto a seguir foi retirado do texto "**Guidelines for Economic Planning**" (**Orientações para o Planejamento Econômico**) feito por um proutista, membro do PRI durante seus trabalhos na África:

"Deve ser enfatizado aqui que as seguintes orientações são especificamente voltadas para a aplicação do planejamento econômico. No campo da pesquisa econômica sobre PROUT, **orientações estritas não são necessárias, nem desejáveis**. P. R. Sarkar sempre enfatizou que nós devemos combater o dogma, e que a criatividade intelectual deve ser encorajada.

A abordagem dada pelos planejadores é de extrema importância. Com uma abordagem falha, o resultado final será pobre. (...) É de grande importância que o Planejamento de Área seja prático e adaptado à situação específica da área. P. R. Sarkar disse: "**Conheça a área, prepare o plano e sirva as pessoas.**" Então, o primeiro passo num processo de elaboração do planejamento seria ter um completo entendimento da área local, sua economia corrente, situação política e cultural, suas potencialidades e problemas.

Para começar a formular políticas, ou mesmo considerar qual políticas podem ou devem ser incluídas no plano final antes mesmo do estudo da situação local ter sido feito, é o equivalente à imposição de idéias de fora. O resultado seria mais parecido com o do planejamento centralizado dos sistemas capitalista e comunista.

A questão básica que o planejador (seja ele proutista ou não) chegando numa nova área deve fazer para ele ou ela mesmo **não é** como eu serei capaz de implementar este ou aquele princípio de PROUT nessa área? Isso é fundamentalmente uma abordagem psíquica falha, que irá resultar em rigidez mental. Como a mente do planejador já está firmada em implementar certos princípios e regras, ele ou ela irão ser incapazes de entender profundamente os problemas particulares da área, e aí então virão com um planejamento falho.

A atitude mental correta deve ser: 'Quais são os problemas peculiares e situações dessa área? Como as pessoas do local têm tentado resolvê-los até agora? Porque eles falharam? Até onde eles acertaram e

conseguiram melhorar sua situação?' E por último a pergunta seria: 'Será que os princípios de PROUT contêm soluções alternativas que podem resolver os problemas que as pessoas estão enfrentando?'

No processo de aprendizado em entender o problema, **a ajuda das pessoas locais é indispensável.** Além disso, as **pessoas locais estão numa melhor posição** para dizer ao planejador de fora o que é mais importante. Por isso, se o planejador for de fora, é fundamental que as pessoas locais se integrem no processo de planejamento e que o planejador **realize que eles são os reais experts nos seus próprios problemas e situação."**

### G) O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PLANEJAMENTO

Foi retirado do mesmo texto, os seguintes passos que podem ser adotados no processo de elaboração do Planejamento de Área:

1. **"Coleta de dados da área.** Isso deve ser feito sem pre-concepções ou tendências em relação às políticas que nós queremos implementar. Primeiro deve ser entendido os problemas antes de ser dada alguma solução. Qualquer coisa fora isso é inexeqüível. Sarkar deu diversas orientações de quais informações são necessárias para o planejamento apropriado. Além disso, estatísticas econômicas específicas (se forem disponíveis), tais como a renda per capita, mortalidade infantil, índices de alfabetização, desemprego, situação da balança de pagamento, (...) etc. devem ser coletados. O principal impulso deve ser determinar como está a situação econômica, quais são os principais problemas, quais são os recursos e potenciais escassos, se a área está geralmente em transformação, qual é a direção, etc.
2. **Revisão da informação.** As informações então coletadas devem ser completamente revisadas, e é essencial que essa revisão seja incluída como uma parte integral do relatório final.
3. **Formulação dos problemas principais.** Baseado nas informações disponíveis, tentar apontar os principais problemas da área, e as possíveis causas do problema. Quais as políticas prejudiciais estão sendo adotadas na atualidade? Que fatores de fora estão influenciando negativamente a economia? Só depois que os problemas forem claramente definidos, nós podemos ter esperança em encontrar soluções para eles.
4. **Formulação de políticas para a solução dos problemas.** Uma vez que os problemas estejam claramente definidos, nós podemos proceder em buscar quais soluções podem ser encontradas. Nessa fase o grupo pode ser orientado pelos seus conhecimentos de PROUT ou outra fonte.
5. **Colocando PROUT numa perspectiva maior.** Primeiro - quando nós identificamos os problemas imediatos e como resolvê-los, nós podemos proceder em ver como em longo prazo nós podemos integrar toda a economia numa unidade fundamentada nos princípios de PROUT. Isso seria entretanto o estágio final, e aqui muita cautela deve ser exercitada, pois nós realmente não sabemos como essa economia seria. Isso não é um guia para os planejadores, mas apenas uma visão de um possível futuro que pode ser formulado enquanto os planejadores vão ganhando experiência das limitadas reformas de PROUT que estão propondo.
6. **Se por acaso, nenhum entendimento claro foi alcançado num tópico, ou em casos extremos, nenhum entendimento claro foi alcançado em assuntos chaves, seria melhor que o planejamento fosse cancelado, do que apresentar algo que nem mesmo os planejadores estão seguros que esteja certo.** Pois é necessário que se entenda que estamos no início do processo de aprendizado, e nós NÃO temos todas as respostas ainda. Nós esperamos tê-las a tempo, mas nós temos que realizar nossas limitações assim como também nossas capacidades."

### III - O ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Existe uma experiência prática ocorrendo no Brasil que é um exemplo de Descentralização Econômica e Planejamento de Área, que é o **Orçamento Participativo**. Nele, pessoas das comunidades, associações de moradores, ONG's, etc, decidem o que será feito com 40% do capital destinado ao município. O Orçamento Participativo é um grande passo na direção da Descentralização Econômica e da Democracia Econômica.

Segundo **João Roberto Lopes**, historiador e pesquisador do **IBASE**, no artigo **"Do local ao nacional"** do Jornal da Cidadania:

"Através do Orçamento Participativo, a população de alguns municípios brasileiros vem adquirindo o hábito de discutir e decidir junto com o governo local o destino do dinheiro público, arrecadado através dos impostos. Normalmente, tais experiências se iniciam pela disposição de prefeituras em organizar uma discussão

regionalizada do orçamento municipal, garantindo ampla informação e autonomia organizativa aos participantes. (...)

“Embora o “orçamento participativo” seja uma experiência que se dissemina e consolida em termos locais, não se deve perder de vista que ela pode ser reproduzida no âmbito estadual e mesmo nacional. Para tanto, deve-se recorrer às experiências locais como exemplos de mecanismos democratizadores que podem perfeitamente ser generalizados. Dentre esses mecanismos destacam-se: a divulgação massiva, e linguagem simples e direta, das informações sobre a previsão e a execução dos gastos públicos; e a criação de canais em que a população e suas organizações civis possam discutir e cobrar prioridades de gastos dos governantes.”

A seguir trechos do livro **"Orçamento Participativo - a experiência de Porto Alegre"**, Tarso Genro e Ubiratan de Souza:

"A principal riqueza do Orçamento Participativo é a democratização da relação do Estado com a sociedade. Esta experiência rompe com a visão tradicional da política, em que o cidadão encerra a sua participação política no ato de votar, e os governantes eleitos podem fazer o que bem entenderem, por meio de políticas tecnocráticas ou populistas e clientelistas. **O cidadão deixa de ser um simples coadjuvante da política tradicional para ser protagonista ativo da gestão pública.** (...)

Outra contribuição universal do Orçamento Participativo é a criação de uma esfera pública, não estatal, em que a sociedade pode controlar o Estado.

A população estabelece, de maneira autônoma e por meio de um processo de democracia direta que se realiza nas 16 regiões da cidade e nas cinco plenárias temáticas, a forma de funcionamento do Orçamento Participativo, escolhe suas prioridades temáticas, de obras e serviços e elege o **Conselho do Orçamento Participativo (COP)**. Cria-se, dessa forma, uma esfera pública não-estatal, em que a sociedade institui tanto o **processo de co-gestão (COP-Governo)** da cidade, quanto mecanismos de controle social sobre o Estado. (...)

A administração popular, ao elaborar o orçamento público em parceria com a comunidade, estabelece um contrato social entre o governo e a sociedade. A vontade política dos governantes, para que este processo seja efetivo e fértil, é fundamental. (...)

Também é preciso entender que a experiência do Orçamento Participativo **transcende o processo de gestão pública e de planejamento democrático**, resultando, igualmente, num **processo político de geração de consciência e cidadania**.

Durante oito anos de discussão no processo do Orçamento Participativo, a população aprendeu que **existem problemas que ultrapassam a esfera do município**. Que as questões da saúde, educação, habitação, assistência social, geração de renda, entre outras, para a sua resolução estrutural, **dependem de políticas macroeconômicas, fiscais, definições dos governos estaduais e da União, na Assembléia Legislativa e no Congresso Nacional**.

A comunidade, também, compreendeu que não basta fazer emendas aos orçamentos estaduais e da União. Que é preciso ousar mais. Que é preciso incorporar suas reivindicações nas lutas mais gerais do povo por **transformações estruturais da sociedade brasileira**."

#### IV - RELAÇÃO GOVERNO E COMUNIDADE

Segundo P. R. Sarkar: **"Os estados têm que ter autoridade para poder dar autoridade às comunidades realizarem os programas de forma descentralizada"**.

O tópico IV - Relação Governo e Comunidade, foi retirado integralmente do texto **"Desenvolvimento Comunitário Autogestionário"** do economista Marcos Arruda:

##### **O desenvolvimento comunitário dispensa a necessidade de um governo?**

"No Brasil, iniciativas de desenvolvimento comunitário tomadas pelo atual governo federal têm sido geralmente guiadas pelos objetivos de 'tornar as comunidades e os trabalhadores mais competitivos', ou 'reintegrar aqueles que estão excluídos no mercado de trabalho.'

Isso é uma **intervenção governamental alienadora**. Não ajudam a sociedade civil a tornar-se menos dependente do governo e das culturas e valores externos, e nem a tornar-se mais **conscientes** das suas próprias capacidades e potenciais, e mais **empoderadas** para gerir seu próprio desenvolvimento.

Contudo, as comunidades podem relacionar-se muito criativamente com um governo cujo objetivo seja estimular as capacidades e potenciais da comunidade para superar a dependência e desenvolver crescente

autonomia e habilidades para a autogestão cooperativa do seu próprio desenvolvimento. A intervenção do governo, neste caso, pode desempenhar o papel limitado de catalisador para a comunidade tornar-se gradualmente a principal protagonista do seu próprio desenvolvimento e participar consciente e ativamente no desenvolvimento da região e da nação.

Os objetivos e a metodologia da intervenção governamental são, portanto, os fatores determinantes do caráter alienador e opressivo, ou construtivo e libertador da intervenção.

### **Superando a Dependência e o Paternalismo**

A comunidade nas sociedades contemporâneas está acostumada a esperar que o desenvolvimento venha de cima e de fora, que seja feito e gerido pelo governo, por outros que não os seus próprios membros. Superar esta marca de dependência e o modelo **paternalista e assistencialista** tradicional por parte dos governos e políticos é condição básica para o empoderamento da comunidade. **É indispensável entender que o desenvolvimento tem a ver com os potenciais intrínsecos de cada pessoa e comunidade e não ao que possa vir de fora.** Só quando uma comunidade assume a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento ela se torna capaz de relacionar-se com o governo e com agências externas numa posição soberana, sem arriscar perder o controle do seu processo de desenvolvimento. Os objetivos e compromissos do governo definem sua postura com respeito ao desenvolvimento comunitário. Se ele quer controlar e gerir o desenvolvimento de cima e de fora, surgirão certamente conflitos. Se seu objetivo é **promover e apoiar o empoderamento da comunidade para o auto-desenvolvimento, prover recursos e conselho à medida que lhe são solicitados e só**, como um complemento aos recursos locais e à capacidade humana local, então uma relação criativa pode florescer entre comunidade e governo."

## **V – DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO AUTOGESTIONÁRIO**

Os itens de 1 a 5 a seguir também foram retirados integralmente do texto: Desenvolvimento Comunitário Autogestionário do economista Marcos Arruda.

### **1. A GLOBALIZAÇÃO PROMOVE O DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO?**

"A classe trabalhadora é constituída das pessoas que dependem da venda da sua força de trabalho para sobreviver com suas famílias. O caminho do desenvolvimento de cima para baixo apresenta o mercado capitalista como o único caminho racional de distribuir recursos escassos e riqueza na sociedade. A persistência de desigualdade, porém, convenceu a muitos de que **as comunidades locais devem comprometer-se na solução de alguns dos seus problemas de sobrevivência, que o mercado é incapaz de resolver. Fundos do Estado são necessários, mas o objetivo principal é envolver as comunidades na superação dos seus problemas socioeconômicos.**

O fato é que o capital e o mercado capitalista ao longo da história mostraram-se incapazes de responder às necessidades mais profundas e mais sublimes da humanidade. O desafio para nós é, pois, reinventar a economia de forma que ela se adeque aos seres humanos que somos: **seres amorosos** (ao menos potencialmente), **interconectados uns com os outros e com a natureza**, e chamados a refazer **conscientemente** esta interconexão de maneira que aprofunde nossa humanidade e contribua à evolução da nossa espécie e do **Cosmos**, de cuja alma estimamos ser uma parte ativa.

Notemos ainda que o termo comunidade é usado demasiado facilmente, para referir-se a qualquer agrupamento humano que tem algo em comum. Assim como a interconexão natural, a nosso ver, precisa ser refeita conscientemente por nós, seres humanos, assim também todo agrupamento humano natural precisa ser reconstruído conscientemente **para tornar-se de fato uma comunidade humana**, isto é, um conjunto de pessoas que compartilham um **projeto** em comum, **valores, ideais e práxis** em comum. Entre estes valores está a compreensão de que os vínculos que unem os indivíduos da comunidade entre si valem igualmente para a relação com outras comunidades, outros grupos humanos e outras nações. O **desenvolvimento emancipatório** de agrupamentos humanos é aquele que permite construir **relações integralmente humanas** – isto é, conscientemente solidárias – **dentro da comunidade, assim como para fora dela.**

### **2. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO DE BAIXO PARA CIMA: POR UMA GLOBALIZAÇÃO COOPERATIVA**

Existe uma abordagem diferente de desenvolvimento que nós chamamos de desenvolvimento de **dentro para fora, de baixo para cima**. Dizemos que ele visa um tipo diferente de globalização, porque toma como referência o desenvolvimento dos **potenciais inerentes a cada pessoa e comunidade, grupo**

**humano ou nação**, e afirma que são eles próprios os únicos sujeitos legítimos do desenvolvimento. É diferente também porque estriba a relação entre esses sujeitos nos valores da **cooperação**, da **partilha**, da **reciprocidade**, da **complementaridade** e da **solidariedade**.

Esta abordagem **valoriza a diversidade, em vez de considerá-la um obstáculo** ao desenvolvimento. **Vê a diversidade como uma fonte de riqueza**, tanto em termos de qualidades humanas quanto de recursos materiais. O **“segredo” para lidar com a diversidade é maximizar a complementaridade**, ou, agregar diferentes qualidades humanas e recursos materiais disponíveis numa comunidade (que é um coletivo de indivíduos e famílias diversas), de modo que seu uso seja otimizado para o bem-estar de cada um e de todos os seus membros, e para a comunidade como um todo. Este é o caminho para uma forma dialógica de criar unanimidade, sem asfixiar a diversidade ao nível comunitário. Se estendermos este conceito cooperativo da esfera local para as da nação (que é um coletivo de comunidades diversas) e do planeta (que é um coletivo de nações e culturas diversas), temos aí uma nova visão: a de uma globalização cooperativa.

**Como é que este modo de ver afeta o desenvolvimento comunitário?**

O **desenvolvimento comunitário**, nesta perspectiva, **não pode mais ser visto isoladamente** do desenvolvimento de **outras comunidades**, da **nação** e da **espécie humana**. Todos eles formam um sistema de seres humanos e instituições **interconectados** que são **interdependentes** e precisam uns dos outros para sobreviver e para alcançar o pleno desenvolvimento dos seus potenciais enquanto indivíduos e coletividades. **Nesta visão, não podemos mais dizer que o significado da vida humana é a simples acumulação de bens materiais e a maximização do consumo**. É o desenvolvimento humano, pessoal e coletivo que buscamos, inclusive a realização das nossas necessidades e desejos econômicos, mas também, **e principalmente, o desenvolvimento dos potenciais especificamente humanos**. Bem-estar significa acesso aos bens materiais suficientes para viver uma vida digna, e além disso o controle do **desenvolvimento dos nossos potenciais mentais, psíquicos e espirituais**. Não mais olhamos para a pessoa, firma, comunidade ou nação individual como um absoluto, nem buscamos maximizar a eficiência apenas do indivíduo, mas também, e principalmente, a do sistema como um todo.

### **3. OS SUJEITOS DO DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO**

**Quem devem ser os sujeitos do desenvolvimento comunitário?**

O desenvolvimento comunitário coloca o desafio do empoderamento. **As comunidades da classe trabalhadora, embora contribuam para o crescimento do produto nacional e da riqueza do país, são em geral sujeitas a necessidades não atendidas**. A democracia política só existe se cada um e todos os cidadãos são empoderados na esfera econômica. Onde há pobreza, portanto não há democracia plena. O **empoderamento econômico significa ter o controle e a gestão dos recursos produtivos e dos resultados do seu próprio trabalho**: acesso aos mercados, ao crédito, a uma ocupação útil, em suma, a todos os direitos socioeconômicos. **Quem cria a riqueza?** Alguns dizem que é o capital. Mas então devemos perguntar: **e quem cria o capital?** A resposta final é: **o trabalho humano**. O conhecimento humano, a criatividade e a energia aplicados no trabalho são os criadores da riqueza.

Um desenvolvimento integral, harmonioso é aquele em que a comunidade identifica e inclui no seu plano de desenvolvimento cada um e todos os aspectos e dimensões que necessitam ser desenvolvidos. Os sujeitos e protagonistas do desenvolvimento devem ser a **pessoa**, a **comunidade** e a **nação** que possuem os potenciais a serem desenvolvidos. **Toda ajuda do exterior deve ser tomada apenas como complementar aos recursos internos de cada sujeito**. O direito da pessoa e da comunidade de ser respeitada como o principal protagonista do seu próprio desenvolvimento implica a obrigação de respeitar o mesmo direito de cada outra pessoa e comunidade. Também é essencial articular a cooperação a nível local e comunitário com a solidariedade a nível das redes e teias cooperativas de troca de bens, serviços, idéias, favores, energia, enfim, tanto no espaço regional e nacional quanto global.

**O auto-desenvolvimento é um objetivo viável?**

O **colonialismo** deixou cicatrizes profundas nos **colonizados**. As pessoas foram treinadas para submeterem-se aos opressores. A dependência, a reivindicação e a delegação de responsabilidade tornam-se o ethos dominante. **As comunidades muitas vezes esperam que todas as soluções aos seus problemas venham de fora ou do governo**. Superar a cultura da dependência e da delegação é um dos desafios-chave que confrontam os trabalhadores do desenvolvimento.

**Que são estratégias de motivação?**

Entre os **obstáculos objetivos** estão a fragmentação de interesses, a falta de recursos locais, a falta de agências intermediárias ativas, e o controle social desde cima e de fora. Mas talvez os mais difíceis

**obstáculos** a superar sejam os **subjetivos**, tais como o **medo**, o **individualismo enraizado**, a **falta de auto-estima**, a **falta de confiança nos outros**, a **falta de experiência em compartilhar decisões e trabalhar cooperativamente**, a **falta de uma identidade coletiva** enquanto comunidade. As estratégias de motivação devem ser definidas no contexto da cultura local, usando a linguagem e simbologia adequadas. O progresso em superar estes obstáculos não é linear. O mais importante é combinar as trocas verbais com a ação concreta, aprendendo juntos da ação e desenvolvendo mutuamente as respectivas capacidades de compartilhar pensamentos, interesses e tomadas de decisão.

#### **A inclusão social é o verdadeiro objetivo do desenvolvimento comunitário?**

No capitalismo, a riqueza é socialmente produzida mas privadamente apropriada. Naturalmente, os frutos do trabalho social deveriam ser compartilhados socialmente, de modo a preencher adequadamente todas as necessidades de cada um e de todos os cidadãos e cidadãs.

(...) Muitos acreditam que a inclusão social é o caminho para superar a exclusão social. Apresentam-na como o principal objetivo do desenvolvimento comunitário. Acreditamos que trazer os “excluídos” de volta ao mercado de trabalho capitalista é decerto uma situação melhor se comparada com a privação relativa à sua condição anterior de marginalizados. Mas não é uma solução durável porque tende a submetê-los de novo a uma **condição de dependência de um patrão e um salário para sobreviver. O único caminho verdadeiro e sustentável de superar a exclusão social é emancipar o trabalho humano da submissão.** Precisamos resgatar o conteúdo **humanizador e libertador** do trabalho humano, seu papel como mediador da ação humana para construir um mundo humanizado e, ao fazê-lo, construir-nos a nós próprios como pessoas desenvolvidas e realizadas. Organizar a economia e o mercado segundo este valor central, e não mais segundo os interesses corporativos, estreitos, do capital. Este é um desafio fundamental do século e do milênio que se aproximam.

#### **4. DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO E EMANCIPAÇÃO DO TRABALHO HUMANO**

Quando as comunidades assumem a responsabilidade do seu próprio desenvolvimento elas logo descobrem que **têm mais recursos e competência do que pensavam.** É fácil começar **mapeando as necessidades** de cada pessoa e família individualmente, e dos seus espaços de vizinhança, o edifício, a rua, o distrito, o bairro. O exercício subsequente é **mapear os recursos disponíveis** que tem cada pessoa e família, em termos de recursos materiais e capacidades humanas. Ao colocar as necessidades e os recursos lado a lado, geralmente ocorre uma revelação: muitas, senão **a maior parte das necessidades podem ser satisfeitas usando os recursos disponíveis que tem cada pessoa e família, em termos de recursos materiais e capacidades humanas. A maior parte das necessidades podem ser satisfeitas usando os recursos disponíveis na própria comunidade!**

Sistemas locais de **troca** de bens e serviços podem ser criados, **com ou sem a mediação do dinheiro.** A comunidade pode também **criar sua própria moeda** para mediar as trocas, escapando assim do obstáculo da escassez financeira.

O desenvolvimento comunitário autogestionário requer uma estratégia de finanças combinadas. Embora os **fundos do governo** sejam geralmente **necessários**, particularmente nas primeiras etapas do processo, é fundamental **mobilizar fontes locais de finanças.** Isto reduzirá a dependência de fontes externas e proporcionará uma autonomia e auto-determinação coletivas crescentes na comunidade.

(...) O espaço da comunidade oferece uma ampla variedade de possibilidades de ocupações úteis para pessoas de todas as idades. Também oferece a oportunidade para que as pessoas organizem formas cooperativas de trabalho que respondam às necessidades comunitárias e gerem renda para os que trabalham. Sistemas inovadores de remuneração podem ser introduzidos. A comunidade começa a sentir-se dona da sua finança e da sua poupança. **Por que pôr seu dinheiro nos bancos se podem fazer suas próprias associações cooperativas de poupança e crédito?**

#### **5. O CONFLITO ENTRE O AMBIENTE COMPETITIVO E O CAMINHO COOPERATIVO**

##### **A cultura dominante é humanamente construtiva?**

A competição é uma forma de relação ligada a um conceito de ser humano como um indivíduo absoluto e abstrato, retirado de qualquer contexto e afirmado como um ser isolado.

Nessa perspectiva, a existência de outros indivíduos, comunidades, empresas, classes sociais, grupos étnicos e nações inevitavelmente é vista como uma **ameaça a ser enfrentada** por quaisquer meios, um inimigo contra quem devemos competir e lutar de modo a evitarmos ser destruídos.

### **Que valores fundamentam a construção de uma cultura alternativa?**

A **cooperação** e a **solidariedade** são valores relacionados com sociedades do futuro – do terceiro milênio! A cooperação é fundada no reconhecimento mútuo, respeito, reciprocidade, receptividade e compaixão. Chamamos estas **qualidades do feminino**, que lhe dão um poder de criação e comunicação praticamente ilimitado. A **complementaridade** é outro valor crucial que torna a cooperação uma forma viável de relação. Eis porque falamos na necessidade de construirmos novas relações econômicas e sociais que equilibrem o masculino hoje dominante e o feminino oprimido e alienado – **uma socioeconomia do 'feminino criador'**. Num tal ecossistema, as trocas não precisam mais ser mediadas apenas pelo interesse de benefício pessoal: o que prevalece é a busca do **mútuo benefício**, e também do **dar**."

### **VI – CONCLUSÃO**

Tanto a ação quanto a teoria são fundamentais. Ação sem pensamento não tem uma base forte, e pensamento sem ação é inútil. Por isso o Planejamento de Área, é o tema de PROUT onde esse sistema está mais próximo da questão prática. PROUT tem uma forte característica que é a flexibilidade. Não existem regras fixas e rígidas, pois cada Área, cada USE irá criar o seu próprio plano de acordo com as características físicas do local e psíquicas da população. Além disso, quem irá elaborar o planejamento será a população local, levando em conta a grande sabedoria popular, muitas vezes desprezada por políticos e intelectuais.

O significado da palavra democracia é governo do povo, pelo povo e para o povo. PROUT dá ao povo a oportunidade dele se tornar senhor do seu destino, da sua economia e da sua vida. Mas isso exige da população um nível maior de consciência e uma maior responsabilidade perante suas ações na vida individual e coletiva.

Uma teoria só tem qualidade se ela é prática. A teoria apenas aponta um imaginário, uma meta. Os valores, o caráter, a ética, a base espiritual, a psicologia e a conduta individual e coletiva é que irão realmente definir o que será construído na realidade. Mas para realizar esse caminho temos que:

**Primeiro - ter uma meta a alcançar,**

**Segundo - saber onde nós estamos e**

**Terceiro - aprender como chegar lá, através da ação e da vida.**

*“Fazer é a única forma de mostrar que é possível transformar o mundo.”*

*Eduardo Galeano*

***“A utopia faz os movimentos se moverem. Quando um grupo ou movimento abandona a utopia ou uma meta, esse grupo acaba.”***

***João Pedro Stédile***

*“O homem não teria obtido o possível, se não tivesse vez ou outra lutado para conquistar o impossível.”*

*Max Weber*

Para maiores informações contactar:

- Leonardo Thury  
Correio Eletrônico: [mahalok@attglobal.net](mailto:mahalok@attglobal.net)
- Dada Maheshvarananda  
Correio Eletrônico: [maheshvarananda@prout.org](mailto:maheshvarananda@prout.org)  
tel. (31) 3444 - 1574
- PROUTista Universal  
Rua José Margarido, 188, Santana  
São Paulo - SP 02021-020  
Tel. (11) 6950-9086, Fax. (11) 298-6571  
Correio Eletrônico: [prout@mandic.com.br](mailto:prout@mandic.com.br)  
Web page: <http://www.prout.org/por>